

ARQUIVOS GOVERNAMENTAIS: UMA ANÁLISE DA PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE DOCUMENTOS.

Maria Amélia Teixeira da Silva (UEPB) melteixeiraufpb@dcf.ccsa.ufpb.br¹

Adêmia Silva da Cruz (UEPB) ademiacruz@gmail.com²

Fabíola Mota Campos (UEPB) lilimotacampos@gmail.com³

Guilherme Ataíde Dias (UEPB) guilhermeataide@dcf.ccsa.ufpb.br⁴

Resumo:

Demonstra a atual situação dos arquivos governamentais, tendo por base a análise qualitativa de dois arquivos públicos, um de âmbito municipal e outro federal. A metodologia utilizada foi desenvolvida mediante amostras probabilísticas casuais simples, com a aplicação de questionário com perguntas abertas e levantamento bibliográfico. Para a revisão de literatura, foi realizada a pesquisa em periódicos científicos nacionais da área de Ciência da Informação e Arquivologia, disponíveis no Portal Capes e no Portal SEER/IBICT, além de livros e websites, tendo sido utilizado como estratégia de busca, termos relacionados à área. Após a coleta de dados, estes foram categorizados para facilitar possíveis análises e discussões acerca do tema. A análise dos resultados identificou que os arquivos avaliados apresentam deficiência em relação ao apoio administrativo, métodos de conservação, preservação da memória e comprovação de documentos, bem como ausência de recursos profissionais qualificados para atuação arquivística. Em relação à conservação dos documentos, foram avaliados os processos de desinfestação e higienização, acondicionamento correto, climatização, vistoria sistemática do acervo e cuidados em relação ao manuseio deste. Mediante os resultados apresentados, concluiu-se que a necessidade de organização dos arquivos governamentais e o valor administrativo fiscal, legal e histórico do acervo documental, devem ser de fundamental importância para o cotidiano das instituições e pessoas que podem utilizá-lo para pesquisas que resgatam a memória histórica, identidade e a cultura do cidadão e da sociedade.

Palavras-chave: Arquivos Públicos. Arquivos Governamentais. Preservação de Arquivos.

1 Introdução

O Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística, publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos e citado por Jardim e Fonseca (1998, p. 369), define arquivo como: “o conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas ou seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, no desempenho de suas atividades”. No Brasil, a melhor definição para arquivo se encontra na Lei nº. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados os considerando em seu Art. 2º, como:

“Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”.

¹ Bolsista de Iniciação Científica – CNPq. Aluna do Curso de Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba.

² Aluna do Curso de Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba.

³ Aluna do Curso de Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba.

⁴ Doutor em Ciência da Informação pela USP. Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

O surgimento dos arquivos se deu por volta dos séculos IV e V a.C., estes surgiram como guardiães dos registros do estado e para apoiar administrativamente o governo. Devido à necessidade de se recorrer a documentos, a civilização grega passou a preocupar-se em guardar, junto à Corte de Justiça na Praça Pública de Atenas, leis, tratados, minutas de assembléia, documentos oficiais (CÔRTES, 1996).

Na França os arquivos começaram a ser criados em 1789, com o objetivo de assegurar, guardar e preservar tanto o patrimônio documental do passado como também, os novos documentos produzidos daquela época em diante. Na mesma época, os documentos dos Arquivos Nacionais (arquivos governamentais, administrativos, judiciais e eclesiásticos) passaram a ser considerados propriedade pública, com livre acesso e à disposição de qualquer cidadão que os solicitasse.

Só a partir do século XIX o Arquivo, como instituição ganhou espaço. Tal fato ocorreu quando este passou a ser considerado como base de pesquisa histórica, levando os Estados a mantê-los acessíveis aos cidadãos. Após a Segunda Guerra Mundial, a inclusão do direito à informação na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, transforma o acesso aos arquivos em direito democrático de todos os cidadãos e não mais uma reivindicação da pesquisa científica ou histórica.(OHIRA,200?)

Em decorrência ao processo de democratização dos arquivos, surgem os arquivos públicos que segundo a Lei do Arquivo nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 em seu Art. 7º, são:

"Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e Municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”.

Este artigo pretende apresentar a situação dos arquivos públicos em especial um de âmbito municipal e outro federal, a fim de tornar implícitas as vantagens e dificuldades existentes nesses órgãos, e tendo como foco principal demonstrar a atual situação, em relação a recursos humanos especializados, recursos tecnológicos, organização e conservação dos documentos, como também a importância da conservação documental para o resgate da identidade histórica e cultural da sociedade.

2 Referencial Teórico

Ultimamente diversos estudos vem sendo elaborados com o objetivo de diagnosticar a atual situação dos arquivos públicos. Para Jardim (1999, p. 4), “saiu-se de uma fase impressionista, na qual as mazelas que atingem os arquivos eram enunciadas a partir de

casos específicos para uma etapa em que a complexidade do problema foi identificada com maior precisão, quantitativa e qualitativa”.

Alguns destes estudos relatam a impossibilidade do exercício do direito à informação pelo cidadão, enfatizando como principais um elevado numero de documentos sem identificação e descrição e a falta de recursos humanos, financeiros e materiais para a eficiente gestão da massa documental (OHIRA e MARTINEZ, 2001).

Um estudo realizado por Fonseca em 1996, analisou a situação dos arquivos públicos das prefeituras das capitais dos estados brasileiros, através do envio de 27 questionários as demais capitais sendo que, do total apenas onze possuem arquivos públicos municipais, e apenas oito prefeituras devolveram o questionário preenchido. Segundo a pesquisadora (p. 105):

"O baixo índice de respostas denota, no mínimo, a falta de atenção dada pelas prefeituras à questão do tratamento adequado de seus arquivos. [...] descomprometimento dos responsáveis pelo aprofundamento dos estudos sobre arquivos públicos no Brasil, ou ainda, uma total falta de controle técnico administrativo, impossibilitando o fornecimento dos dados solicitados”.

A pesquisa revelou que, nenhum destes órgãos possui orçamento próprio dependendo totalmente das decisões superiores para obtenção de recursos; possuem deficiência de recursos humanos especializados, como também, dificuldade de acesso público ao acervo, o que contrapõe o direito à informação.

Já o estudo realizado por Bojanoski em 1999, como parte do Programa de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, avaliou as condições de preservação dos acervos documentais brasileiros, identificando como deficiência mais grave a falta de conhecimento dos profissionais habilitados para atuar na área de preservação do acervo em bibliotecas, arquivos e museus. Apesar das dificuldades financeiras que estas instituições enfrentam, o estudo relata que até mesmo as ações de preservação que não implicam necessariamente em altos custos, não são realizadas por total desconhecimento do assunto por parte dos profissionais atuantes.

No que remete a aspectos técnicos, a preocupação com a climatização, visando à preservação dos acervos documentais foi bastante enfatizada. Outro problema relatado foi em relação à utilização da microfilmagem, já que esta se apresenta no Brasil como uma solução de preservação para os acervos documentais, e que, aparentemente, tem sido “esquecida” devido ao pequeno numero de instituições que ainda utilizam esse procedimento. Em síntese,

as respostas obtidas demonstram tanto a carência de recursos financeiros e humanos, quanto de informações.

A Mesa Redonda Nacional de Arquivos realizada no Rio de Janeiro em 1999, envolveu representantes de diversas instituições ligadas aos Arquivos Públicos Brasileiros. Durante o evento, diversos problemas enfrentados pelas instituições arquivísticas brasileiras foram apresentados, destacando-se como principais: a perda de parcelas do patrimônio documental público; a inexistência de instituições arquivísticas públicas municipais; o baixo índice de integração informacional das instituições detentoras de acervo; a inexistência de uma norma nacional de descrição arquivística; deficiência na formação do arquivista e a necessidade de investimento na capacitação dos profissionais que atuam nos serviços arquivísticos governamentais como também, a falta de visibilidade da importância dos arquivos, pelo cidadão, pelos governantes e pela sociedade (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999).

3 Metodologia

A metodologia adotada para esta pesquisa foi desenvolvida mediante amostras probabilísticas casuais simples e aplicação de questionários contendo perguntas abertas, onde cada indivíduo dos referidos arquivos teve oportunidade igual de ser incluído na amostra.

Outro método adotado, foi à revisão de literatura realizada em periódicos científicos nacionais da área de Arquivologia e Ciência da Informação, compreendendo os seguintes periódicos: Informação & Sociedade Estudos, Ponto de Acesso, Biblionline, Em Questão, Perspectivas em Ciência da Informação, Revista ACB e Arquivística.net, todos disponíveis no Portal Capes e no Portal SEER/IBICT. Livros e websites, completaram a revisão de literatura.

Os termos utilizados como estratégia de busca foram: arquivos; arquivos públicos; arquivos governamentais e conservação e preservação de documentos. Estes termos foram divididos em duas categorias: 1. arquivos (englobando arquivos de modo geral, significado, origem...); 2. arquivos públicos (em abordagem a situação em que se encontram os arquivos públicos no Brasil atualmente). Para realização deste trabalho, buscou-se uma amostra significativa da literatura nacional existente na área compreendendo artigos, dissertações, livros e relatos de pesquisa.

4 Análise e Discussão dos Dados

Os resultados obtidos com a revisão de literatura e a aplicação de questionários, apontam que os arquivos analisados ainda estão muito aquém dos padrões desejáveis pela arquivística. Tais deficiências refletem de forma significativa no processo de preservação do arquivo enquanto fator essencial para assegurar a conservação da memória histórico-cultural da sociedade, entre outros pontos. A revisão de literatura possibilitou conhecer de forma sucinta alguns dos problemas enfrentados por arquivos municipais e federais localizados em outras cidades. Já o resultado dos questionários tornou ainda mais implícito o descaso com a conservação dos documentos, porém, enfatizando que devido a ausência de recursos financeiros nestas instituições, estas não disponibilizam sequer as mais simples ferramentas de preservação documental.

Pode-se inferir que o primeiro passo para uma boa conservação do acervo é a higienização pois, segundo YAMASHITA & PALETTA, 2006:

"A higienização de um acervo é um dos procedimentos mais significativos que há no processo de conservação de materiais bibliográficos. A poeira é a grande inimiga da conservação dos documentos, pois contém partículas de areia que cortam e arranham; fuligem, mofo e inúmeras outras impurezas, atraem umidade e degradam papéis".

O processo de higienização deve ser realizado em períodos regulares no entanto, isto não ocorre nos arquivos avaliados, que armazenam uma quantidade considerável de documentos de grande valor, porém não dispõe de profissionais habilitados como também recursos para desempenhar tal atividade. O uso de técnicas de mecânica a seco com pincel, trincha ou brocha é uma das mais eficientes e seguras formas de higienizar os documentos. Além disso, outros cuidados importantes devem ser tomados durante a higienização do acervo, a exemplo do cuidado com o manuseio, já que é comum acontecer situações em que devido à fragilidade os documentos não resistem as técnicas utilizadas para limpá-los.

Outro fator importante para a conservação dos documentos, está relacionado as condições adequadas de temperatura e de umidade relativa do ar, que são elementos essenciais para prolongar a vida útil do acervo. "Para manter-se em uma boa climatização, o acervo deve estar acondicionado em umidade relativa do ar entre 40% e 65%, sem incidência solar direta e sob temperatura entre 18 graus Celsius e 25 graus Celsius, jamais em temperaturas superiores a 40 graus Celsius. Caso isto não seja respeitado, os mesmos sofrerão processo irreversível de descoloração e terão adesivos, bem como suas demais características físico-químicas, alteradas em prejuízo do seu desempenho normal" (GOMES, 2006, p35). A análise do resultado dos questionários constatou que o maior problema

enfretando pelos arquivos em relação a climatização, se dá devido aos custos para inserir e manter tal sistema, já que o ar condicionado deve funcionar durante as 24 horas do dia e essas instituições não detem recursos financeiros suficiente para arcar com as despesas reultantes do elevado gasto de energia.

A usabilidade da informação em arquivos públicos se dá ou não por diversos motivos. É imprescindível acima de tudo avaliar a questão do acesso a informação disponível e solicitada pelos usuários. Segundo (OHIRA, 2000?) as pesquisas de Fonseca (1996), Côrtes (1996) e Ohira e Martinez (2001) verificam que:

" os usuários mais freqüentes são os cidadãos em busca de documentos probatórios, os estudantes universitários e pesquisadores acadêmicos, como também os estudantes do ensino fundamental e médio. Por outro lado, as autoridades municipais, os funcionários da administração pública e a imprensa local apresentam índices inferiores de freqüência. É bastante alarmante o fato de que, grande parcela dos arquivos públicos brasileiros apresenta uma média muito pequena de usuários/dia".

Como mencionado no parágrafo anterior, o maior índice de pesquisas é registrado por estudantes universitários, de ensino fundamental e de ensino médio mas, será que isso acontece de fato? Será que esse público tem acesso à informação que tanto deseja? Talvez sim, talvez não. Para realizar a aplicação de questionário no arquivo municipal e federal aqui referidos, houve uma certa "burocracia" por parte do seus respectivos coordenadores. No arquivo muncpal por exemplo, foi necessário encaminhar uma solicitação de autorização para a Secretária de Administração da Prefeitura Municipal pois, só assim, seria possível aplicá-lo.

Fica implícito que se para pesquisadores universitários e acadêmicos as dificuldades se fazem presentes, como poderão ter acesso aos arquivos os "usuários comuns"?. A Lei nº 8.159 no seu Art 4º, diz que:

"Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas".

Apesar disso, é perceptível a necessidade de se adotar uma política de acesso ainda mais consolidada, porém, levando em consideração suas limitações e tendo por base que o acesso também depende da restrição estabelecida a cada tipo de documento existente no arquivo.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei Nº. 378 promulgado pelo Decreto-lei nº. 25 em 30 de novembro de 1937 no governo de Getúlio Vargas. Tal decreto foi fator determinante para organizar o IPHAN definindo oficialmente o "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", como instituto que trabalha com um universo diversificado de bens culturais. Suas ações são voltadas à identificação, documentação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão. Estão calcadas em legislação específica sobre cada um dos temas pertinentes ao seu universo de atuação, incluindo na categoria como bens móveis que compõe um Patrimônio Cultural: acervos museológicos; coleções arqueológicas; documentais; arquivísticos; bibliográficos; videográficos; fotográficos e cinematográficos.

Há muito tempo várias discussões vêm sendo realizadas, entre pesquisadores, profissionais e acadêmicos, acerca do valor representativo dos documentos para as instituições e para o resgate da memória histórico-cultural da sociedade. SICHMANN (2003) explana que:

“Atualmente há um despertar da nossa sociedade pela busca de soluções e medidas simples para salvaguardar adequadamente os nossos bens culturais. A era da informação valorizou ainda mais os dados vitais e estratégicos que precisam ser preservados, divulgados e acessados rapidamente para uso presente e futuro. É provável que essa valorização seja um dos atuais motivos pelo qual a sociedade busca resgatar o original, o mais antigo, a primeira versão. Então, nos deparamos com danos ou perdas irreparáveis dos acervos bibliográficos e documentais. Somente a partir daí percebemos a importância da manutenção dessas coleções para a continuidade da memória do patrimônio histórico e cultural da nação.”

As principais dificuldades encontradas em relação à formação do pessoal que atua nos arquivos avaliados, foram: a falta de uma política de valorização do profissional; ausência de concursos públicos para seleção e ingresso de pessoal especializado; falta de uma política salarial que atraia profissionais experientes e qualificados para o mercado de trabalho, além da ausência de um programa permanente de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos. De acordo com o Relatório da FHT (1999-2000, p. 16),

"A análise dos recursos humanos é um dos aspectos essenciais na relação para preservação e acessibilidade dos arquivos de um país, porque, em última análise, são as pessoas que concebem e desenvolvem ações concretas neste tipo de instituição. Este fato é especialmente importante no mundo dos arquivos, uma vez que em muitos casos, o trabalho a ser desenvolvido nestas instituições são possíveis graças a iniciativas pessoais dos responsáveis".

Fonseca (1998?) e Souza (2002), descrevem a formação dos arquivistas brasileiros, que teve início em 1911 através dos programas de aprimoramento do Arquivo Nacional. Fazem referência ao surgimento a partir da década de 70, dos primeiros cursos de graduação em arquivologia. O autor relata ainda que atualmente o país possui oito cursos superiores, sendo a maior parte deles concentrados na região sul e sudeste. Afirma ainda que os Cursos de mestrado e doutorado em sua maioria não são relacionados especificamente para os temas arquivísticos, entretanto abordam linhas de pesquisa que estão relacionadas aos temas da área.

Diante do contexto da formação arquivística, o impacto das novas tecnologias da informação não pode deixar de ser considerado, já que elas estão conquistando cada vez mais, um espaço permanente no desenvolvimento de toda e qualquer atividade arquivística, seja no âmbito administrativo, jurídico, fiscal e histórico e segundo Lopes (1997, p. 129) “A reflexão arquivística terá que enfrentar, sob pena de completa deterioração, a informática como meio e como fim, isto é, a informática como um problema teórico e prático a ser analisado.” Esta nova visão requer uma conscientização dos arquivistas para utilizar essas tecnologias como ferramentas auxiliares ao seu trabalho, sem desmerecer evidentemente outros suportes e meios de preservação e disseminação da informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração a pesquisa realizada, percebeu-se que a participação dos arquivos nas referidas intuições federal e municipal, ainda são vistos como órgãos básicos da administração, o que dificulta à implantação de uma política eficiente de arquivos. Dentre os inúmeros problemas levantados estão as condições de instalação que são mínimas, além da dificuldade de conservação e disseminação da informação, e valorização enquanto resgate ao patrimônio histórico documental.

Devido a deficiência em relação aos recursos tecnológicos, os documentos contidos nestes arquivos dificultam o rápido acesso por parte dos pesquisadores, restringindo o número de usuários que visitam o arquivo. A carência de recursos humanos foi outro ponto avaliado, aqui justificadas pela dificuldade de formação e de capacitação dos arquivistas, não existência de concursos públicos federais e municipais, bem como ausência de cursos de capacitação profissional.

Para que haja preservação do Patrimônio Bibliográfico e Documental é necessário elucidar conceitos e aprimorar a educação de nosso povo sobre a importância e o valor desses documentos para a nossa sociedade.

Referências

- BOJANOSKI, Silvana. Estudo sobre as condições de preservação dos acervos documentais brasileiros. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, p. 35-78, jan./dez. 1999.
- BRASIL. Lei. Nº. 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 29, n. 6, p. 455, jan. 1991. Seção I.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Mesa Redonda Nacional de Arquivos: Documento Final*. Rio de Janeiro, 1999. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/>> Acesso em 31, dez. 2002.
- CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. *Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil*. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais.
- DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Coordenação de Ana Maria Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros: Porto Calendário, 1996.
- FONSECA, Maria Odília Kahl. *Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Comunicação.
- _____, FONSECA, Maria Odília. *Arquivo*. In: Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação. Organizado por Bernadete Santos Campello et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 414 p. 369-389.
- FUNDACIÓN Histórica Tavera. *Los archivos de América Latina*. 1999. Disponível em: <<http://www.tavera.com/tavera/informe/brasil/braint.htm>> Acesso em 10 de out. 2008.
- JARDIM, José Maria. *O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação*. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/>> Acesso em 31, nov. 2002.
- LOPES, L. C. *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- OHIRA, Maria Lourdes Blatt, MARTINEZ, Priscila Amorim. *Arquivos públicos municipais catarinenses: instrumentos de exercício da cidadania*. Florianópolis, 2001. Relatório Final (Projeto de pesquisa) – Programa de Iniciação Científica PIBIC/UEDESC/CNPq.
- SICHMANN, M. *O reconhecimento da importância de preservação de acervos na região*. Campinas, 2003. Disponível em: <<http://bibmemoria.cmu.unicamp.br/sarao/revista15/sarao>>. Acesso em: 27 dez. 2005.
- YAMASHITA, M. M; PALETTA, F. A. C. *Preservação do patrimônio documental e Bibliográfico com ênfase na higienização de Livros e documentos textuais*. Arquivística. Net, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.172-184, ago./dez. 2006.